



ATA Nº 09/2015

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2015, às 10h, na sede da AMVAT, em Estrela/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Dois Lajeados, senhor Valnei Cover. Estiveram presentes os prefeitos de Dois Lajeados, Arroio do Meio, Progresso, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Relvado, Sério, Poço das Antas, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Anta Gorda, Westfália, Roca Sales, Putinga, Estrela e Marques de Souza, e o vice-prefeito de Encantado. O presidente deu início aos trabalhos saudando os presentes e em seguida colocou em votação a ata da assembleia anterior, realizada em setembro, no município de Muçum, a qual foi aprovada por unanimidade. Na continuidade houve a participação do presidente do Consisa, prefeito Sérgio Marasca, e do secretário-executivo do consórcio, Nilton Rolante, que alertaram sobre as dificuldades financeiras. O presidente Sérgio Marasca e o secretário alertaram os prefeitos da região das dificuldades financeiras enfrentadas pelo órgão para a manutenção dos serviços do Samu em função do atraso nos repasses pelo Estado e pelo fato de alguns municípios também cancelarem suas contribuições. Eles pediram que os municípios definam se vão ou não continuar participando para que o Consórcio possa se programar para 2016. Somente o Estado deve R\$ 700 mil ao Consisa, parte referente aos três últimos meses do ano passado, o que está dificultando inclusive o pagamento dos profissionais. “O Consisa é uma extensão dos municípios e só funciona com a participação de todos”, afirmou Rolante, lamentando que algumas prefeituras deixaram de efetuar os pagamentos alegando dificuldades financeiras. Rolante destacou que o custo mensal com recursos humanos, para manutenção do Samu, chega a R\$ 308 mil, e que no mês passado, em função da falta de repasses, só foi possível pagar 30%. Além disso, segundo ele, está em processo a contratação de novo serviço, com várias empresas interessadas, mas não há a garantia de que o Estado quite os débitos existentes. Ele pediu que a Amvat interceda junto ao governo, pois trata-se de um serviço essencial. Já Marasca lamentou o fato de alguns municípios cortarem as verbas. “Temos que ser parceiros no ônus e no bônus”, afirmou. Conforme ele, o Consisa é um todo, com Central de Compra de Medicamentos, Centro Oftalmológico e Samu. Disse reconhecer que as prefeituras enfrentam problemas financeiros, mas que não acredita que cortando os repasses ao Consisa, para serviços essenciais como a saúde, que os Executivos vão resolver a situação. “Se daqui a um mês não houver repasses (do Estado e municípios) não teremos mais como pagar”, alertou. Outro assunto abordado pelos dirigentes do Consórcio foi o repasse para manutenção do Serviço de Atendimento Especializado (SAE), que atende pacientes portadores do HIV. Estrela, que atende dez cidades, está propondo o rateio do custo dos serviços terceirizados, uma vez que arca com o pagamento dos servidores concursados que prestam o atendimento. Um levantamento prévio, realizado pelo Consisa, indica que o valor seria de R\$ 0,08 por habitante. A contratação seria feita via Consisa, o que já foi aceito pelos secretários da Saúde. No entanto, para a formalização, deve ser aprovado em assembleia do órgão, com a presença dos prefeitos. Depois da participação dos representantes do Consisa, ocorreu apresentação de empresa que produz materiais a partir de produtos recicláveis. Prosseguindo os trabalhos, houve palestra com o advogado Fábio Gisch, sobre as mudanças nas regras eleitorais para o pleito do ano que vem.

Especialista em Direito Eleitoral, ele destacou que as mudanças na legislação vão alterar significativamente “a regra do jogo eleitoral” para os partidos políticos e candidatos aos cargos de prefeito e vereador. Entre os aspectos destacados está a data para convenções, que poderão ser realizadas entre os dias 20 de julho e 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às 19h do dia 15 de agosto do ano eleitoral. Já para concorrer, o candidato deverá ter domicílio eleitoral na circunscrição há pelo menos um ano e estar com a filiação deferida no mínimo há seis meses da data da eleição. Uma das novidades da reforma é a “janela” para mudança de partido. Os detentores de cargos eletivos poderão trocar de sigla no período de 30 dias que antecede o prazo de filiação partidária. Em relação ao número de candidatos por partido ou coligação, Gisch explica que podem ser registrados até 150% do número de cadeiras da Câmara Municipal, salvo nos municípios com até 100 mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar até 200% do número de cadeiras da Câmara. “Note-se que, mesmo em municípios com até 100 mil eleitores, a regra do registro de até 200% das cadeiras da Câmara somente valerá para as coligações partidárias e não para o partido político que lançar chapa individual”, ressaltou. O advogado citou ainda as doações de campanha, que somente poderão ser efetuadas por pessoas físicas, limitadas a 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição. Ficam fora do limite de 10% dos rendimentos brutos as doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 80 mil. Já o limite de gastos próprios utilizados pelo candidato em sua campanha fica vinculado ao limite de gastos estabelecido dentro do limite legal estabelecido para o cargo ao qual concorre. Para os candidatos ao cargo de prefeito o limite será, para o primeiro turno das eleições, 70% do maior gasto declarado para o cargo nas eleições 2012, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno; ou 50% do maior gasto declarado para o cargo nas eleições 2012, na circunscrição eleitoral em que houve dois turnos. Para o segundo turno das eleições, onde houver, será de 30% do valor previsto para o primeiro turno. Em municípios com até dez mil eleitores, o limite será de R\$ 100 mil. Para os candidatos a vereador, o limite será de 70% do maior gasto contratado na circunscrição nas eleições de 2012, e em municípios com até 10 mil eleitores, R\$ 10 mil. Gisch abordou ainda, entre outros aspectos, a propaganda eleitoral, que somente será permitida após o dia 15 de agosto de 2016. Explicou que bens particulares poderá ser veiculada se feita em adesivo ou papel e não exceda meio metro quadrado. “Nas eleições anteriores a propaganda eleitoral era permitida por meio de fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedessem quatro metros quadrados”, observou. Já em rádio e TV, será veiculada nos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições. Encerrada a participação do advogado Fábio Gisch, as soberanas do município de Progresso convidaram os prefeitos para a 2ª Expofeira. A rainha Karina Martini e as princesas Tainá Petrini e Jaqueline Zappes divulgaram a programação, que ocorre de 27 a 29 de novembro. Haverá feira comercial, industrial e agropecuária, shows de bandas e shows de humor. Um dos destaques do evento é a 1ª edição do Festival de Progresso com Humor, com shows de Pedro Ernesto, Radicci e Batata Pimentão, Guri de Uruguaiana e Banda Megaloucos. A 2ª Expofeira será realizada no Grêmio Esportivo Gaúcho. No dia 27, antecedendo a abertura oficial, o município vai sediar a assembleia mensal da Associação dos Municípios do Vale do Taquari. No espaço destinado a assuntos gerais o prefeito de Progresso, Edegar Cerbaro, lembrou aos colegas que em março do ano que vem ocorre eleição do Codevat, e que a Amvat deve pensar em indicar um nome para ocupar a presidência ou vice-presidência da entidade. Já o prefeito de Lajeado falou sobre a construção da ala feminina do Presídio Estadual, solicitando que os municípios informem se poderão ou não colaborar, conforme reunião que ocorreu com o Judiciário. O repasse, segundo ele, não precisa ocorrer este ano, já que as prefeituras

enfrentam dificuldades financeiras. Foi autorizada ainda a publicação de anúncio de R\$ 750 no caderno Gestão do Vale, do Jornal O Informativo e o presidente Valnei Cover informou que foi agendada, para novembro, audiência solicitada pela Amvat na Casa Civil, para tratar da questão relativa à falta de policiais nas Delegacias de Polícia e para solicitar concurso para o IGP, tendo em vista que a região está pleiteando uma coordenadoria regional. O vice-prefeito de Encantado, José Calvi, alertou que o Corpo de Bombeiros do município também enfrentará problemas com a falta de efetivo, pois dos servidores se aposentaram e um terceiro, que está em férias, vai retornar e também se aposentará. Diante da gravidade da situação, a Amvat vai oficiar ao Estado e solicitar a reposição do quadro, assunto que também será levado na audiência com a Casa Civil. Por fim, o prefeito de Anta Gorda, Neori Dalla Vechia, convidou a todos para o Encontro sobre licenciamento ambiental, que ocorre no município em 21 de outubro. Nada mais havendo a tratar, o presidente Valnei Cover encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Valnei Cover,
Presidente da AMVAT**